

CÃO FERROZ

CRIANÇA DE TRÊS ANOS É ATACADA POR CACHORRO DA RAÇA ROTTWEILLER EM CEILÂNDIA

3

CIDADES

VACINAÇÃO

TREZENTOS POSTOS DE ATENDIMENTO FICARÃO ABERTOS HOJE DAS 8H ÀS 17H NO DF

6

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, sábado, 17 de junho de 2000

IPHAN PEDE AJUDA À UNESCO PARA PRESERVAR CIDADE DE OBRAS QUE FEREM TOMBAMENTO

CUIDEM DE BRASÍLIA

Marcello Xavier
André Garcia
Da equipe do Correio

Doze anos depois de conceder a Brasília o título de Patrimônio Histórico da Humanidade, a Unesco é chamada para manter as linhas originais da arquitetura e do urbanismo da capital. O presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Carlos Henrique Heck, pediu ontem ao organismo das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura um monitoramento da área de preservação de Brasília. Motivo: as recentes obras

— como o estacionamento do Pier 21, Esquadrão de Cavalaria no Parque da Cidade e agora a construção do Hipermercado Extra no final da Asa Norte — que, na avaliação do Iphan, ameaçam o tombamento da cidade.

De acordo com o superintendente regional do instituto, Marcelo Brito, a Unesco pode enviar consultores internacionais para avaliar danos causados ao plano original da capital. Em último caso, esse processo pode resultar na perda do título de Patrimônio Histórico a Brasília.

A coordenadora de Cultura do Escritório da Unesco no Brasil, Briane Panitz Bicca, afirmou que há condições, de acordo com a Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, de uma equipe vir a Brasília. Mas ela informou que essa decisão cabe ao Comitê do Patrimônio Mundial

Jorge Cardoso



Centro de compras Pier 21, no Setor de Clubes Sul, é uma das obras irregulares, segundo o Iphan: fiscais embargaram construção ontem

em Paris (França). Bicca disse ainda que até o final da tarde de ontem não havia chegado qualquer pedido de monitoramento internacional por parte do Iphan.

Briane Bicca explicou que o pedido de monitoramento, acompanhado de dossiê de argumentação, é enviado pelo governo brasileiro, por meio do Itamaraty, à delegação do Brasil junto à Unesco em Paris, sede do Centro do Patrimônio Mundial. Só então o pedido é analisado pelo Comitê do Patrimônio Mundial, que decide se envia monitores internacionais ao país requisitante. "A Convenção do Patrimônio Mundial prevê esse tipo de ação. Se houver uma argumentação forte, há condições de virem monitores a Brasília. Mas quero frisar que essa decisão cabe a Paris." Briane lembrou que monitores internacionais estiveram em Brasília, em 1994, durante operação de rotina na América Latina.

GOTA D'ÁGUA

A gota d'água para a decisão do Iphan, ao pedir monitoramento internacional, foi a construção da

segunda unidade do hipermercado Extra em Brasília. A obra foi embargada ontem por fiscais e técnicos do Iphan por ser considerada irregular. Segundo Marcelo Brito, a obra está em estágio avançado de conclusão, mas até agora a empresa não apresentou o projeto arquitetônico para ser aprovado pelo Iphan. O instituto vai analisar se a destinação do terreno foi alterada indevidamente. O prédio em questão ocupa uma área de 53,6 mil metros quadrados no Setor Terminal Norte, no final da Asa Norte. No final da tarde, o Iphan embargou também a construção do estacionamento do Centro de Compras e Lazer Pier 21, localizado no Setor de Clubes Esportivos Sul, por estar em área verde.

As duas obras embargadas devem permanecer paradas até que passem pela aprovação do Iphan. A construção do hipermercado já havia sido suspensa no início deste mês por liminar do juiz substituto Carlos Frederico de Medeiros, da 3ª Vara da Fazenda Pública, concedida em resposta a uma ação popular ajuizada em

25 de junho pelos deputados da bancada petista na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Outra ação popular contra a obra, ajuizada pelo advogado Magela Carvalho, conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, em Brasília, ainda tramita na 7ª Vara de Fazenda Pública.

O embargo das obras do hipermercado foi acompanhado pelos deputados Wasny de Roure, um dos autores da ação popular da bancada petista, e por Paulo Octávio (PFL). "Aquilo é um absurdo. Transformaram uma área de hospital para hipermercado. Sem explicar a ninguém, o governo vendeu o terreno sem licitação", disparou Paulo Octávio.

Integrante do Conselho de Preservação de Brasília, Ricardo Penna vê com preocupação as constantes ameaças ao tombamento da cidade. "Não se quer preservar o plano original da cidade simplesmente por preservar. Mas para manter a alta qualidade de vida da população." Ricardo Penna criticou a falta de fiscalização por parte da Administração Regional de Brasília e da Câmara Legislati-

va do Distrito Federal. "Os deputados acreditam que podem legislar sobre a área tombada como se o tombamento não existisse, propondo ou fazendo alterações esdrúxulas e irresponsáveis ao plano original."

Com relação ao terreno do Extra, o GDF alegou que não houve venda sem licitação, mas sim uma concessão de uso de terreno — por 60 meses, com opção de compra — que em nada difere de outras já efetuadas dentro do Pró-DF. "Não existe qualquer irregularidade", defendeu-se o secretário de Desenvolvimento Econômico, Lázaro Marques.

O superintendente regional do Iphan, Marcelo Brito, disse que a Polícia Federal (PF) seria notificada ainda ontem do embargo. Caso os empreendedores desrespeitem a decisão do instituto, e continuem com suas obras, a PF deve intervir. "Mais uma vez vimos reiterar a falta de procedimentos por parte da Administração Regional de Brasília, que não encaminhou os processos para o Iphan", criticou Brito. Procurada pelo Correio, a direção da Com-

panhia Brasileira de Distribuição, empresa responsável pelas redes Extra e Pão de Açúcar, informou que não vai se pronunciar sobre o assunto.

ESTACIONAMENTO

A construção do estacionamento provisório de três mil metros quadrados e 1,5 mil vagas no canteiro central da Avenida das Nações, bem em frente ao Pier 21, foi embargada pelo Iphan porque nem os donos do empreendimento nem a Administração de Brasília levaram em conta parecer do instituto que considerou a obra irregular.

No início do mês, o administrador de Brasília, Leônicio Carneiro, autorizou a construção do estacionamento em caráter provisório. Os donos do Pier 21 só poderiam utilizar a área entre os dias 21 (data da inauguração do empreendimento) e 28 de junho, e teriam de devolver a área nas mesmas condições em que foi encontrada. Mas na semana passada, o Iphan enviou ofícios para o administrador e para os empreendedores informando que as obras deveriam ser paralisadas porque estavam em área verde, ferindo a escala bucólica da cidade — um dos pilares do tombamento de Brasília.

Vistoria feita por técnicos do Iphan na última quinta-feira, no entanto, constatou que a construção do estacionamento estava a pleno vapor. "O estacionamento está em uma área verde, que é muito importante no plano urbanístico da cidade", argumentou o superintendente do instituto Marcelo Brito.

O estacionamento na área verde do canteiro central da Avenida das Nações está em construção sob a justificativa de que resolverá o problema de vagas e de trânsito que deverão ocorrer nos primeiros dias de funcionamento do centro de compras. O empreendimento conta com 1,5 mil vagas, mas segundo projeção dos próprios sócios do Pier 21, cerca de 20 mil pessoas devem passar pelo centro comercial nos primeiros quatro dias de funcionamento.

"O estacionamento foi pedido por nós e autorizado pela Administração para facilitar a vida dos visitantes", defende-se Eduardo Gribel, um dos sócios do Pier 21.



A construção do hipermercado Extra, no final da Asa Norte, levou o presidente do Iphan a pedir acompanhamento da Unesco: GDF autorizou utilização do terreno ao grupo Pão de Açúcar, que não comenta sobre o caso